



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA

### PORTARIA Nº 82/2020

Dispõe sobre substituição de titular de cargo comissionado.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo Administrativo nº 8524410-23.2019.8.06.0000,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar CICERO TAIDES PINHEIRO, Técnico Judiciário, Área Judiciária, matrícula nº 23508, lotado na Coordenadoria de Cumprimento Cível I, para substituir FRANCISCA AURI SILVINO TABOSA, Coordenadora, símbolo DAJ-2, matrícula nº 648, durante o seu afastamento por 18 (dezoito) dias de férias, no período de 02/12/2019 a 19/12/2019, lotada na Coordenadoria de Pós Sentença Cível II.

Art. 2º - Reconheço a dívida de exercício anterior e autorizo o pagamento no valor total de R\$ 2.207,47 (dois mil, duzentos e sete reais e quarenta e sete centavos), sendo R\$ 2.037,67 (dois mil, trinta e sete reais e sessenta e sete centavos), referente à substituição do cargo de Coordenadora /DAJ- 2, da Coordenadoria de Cumprimento Cível I, relativas ao período de 02.12.2019 a 19.12.2019, e R\$ 169,80 (cento e sessenta e nove reais e oitenta centavo) relativo ao proporcional do 13º salário.

#### **REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 20 do mês de janeiro de 2020.

**Desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

(REPUBLICADA POR INCORREÇÃO)

### PORTARIA Nº 517/2020

**Fixa procedimento para apreciação dos pedidos de juízes relativos à alteração, interrupção e ressalsa de férias, licenças acessos aos sistemas BACENJUD, INFOJUD E RENAJUD e decretação de ponto facultativo durante os feriados municipais instituídos em Lei.**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais, etc.

**CONSIDERANDO** a Portaria nº 497/2020, que dispõe sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19);

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer novos procedimentos, com vistas a permitir que o trabalho desenvolvido em teletrabalho proceda-se em formato eletrônico;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Ficam autorizados os pedidos de alteração de férias protocolados anteriormente à data de início do respectivo período de gozo, durante o período do plantão extraordinário, desde que o magistrado indique a nova data para fruição ao longo do corrente ano e atenda aos seguintes requisitos:

I. Não incidir na vedação do art. 13, II, da Resolução nº 07/2011 e do art. 3º, da Instrução Normativa nº 05/2017 (afastamento de, pelo menos, 50% do número total de juízes em atuação na comarca);

II. Obedecer ao intervalo de 30 (trinta) dias para usufruto de férias intercaladas e não contíguas;

III. Não incidir na vedação do art. 5º da Instrução Normativa nº 05/2017 ( usufruto nos meses de janeiro, julho e dezembro).

**§1º** O atendimento dos requisitos previstos no *caput* será apreciado pelo Núcleo de Apoio à Gestão do 1º Grau (NAGPG).

**§2º** Na hipótese de ausência de documentos ou dúvidas quanto ao atendimento de algum dos requisitos, o pedido será devolvido ao interessado para que adote as providências indicadas pelo Núcleo.

**§3º** Atendidos os requisitos, o NAGPG procederá a anotação nos registros funcionais e fará a comunicação ao requerente.

**§4º** Havendo divergências, o pedido será encaminhado para análise do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

**Art. 2º** Não serão autorizados os pedidos de ressalsa ou interrupção de férias já iniciadas que tenham como motivação o pandemia do coronavírus (COVID-19).

**Parágrafo Único.** Casos excepcionais, motivados por circunstâncias diversas da especificada no *caput*, serão objeto de deliberação pelo Presidente do TJ-CE.

**Art. 3º** Ficam autorizados, durante o período de plantão extraordinário, os pedidos de licença médica, maternidade e paternidade, casamento e luto, desde que instruídos com as documentações necessárias à concessão:

I. Atestado médico;



II. Certidão de nascimento do(a) filho(a);

III. Certidão de casamento;

IV. Certidão de óbito.

§1º As licenças para tratamento de saúde por prazo superior a 30 (trinta) dias, bem como as prorrogações que importem licença por período ininterrupto, dependerão de autorização expressa do Presidente do TJ-CE.

§2º Os processos deverão ser instruídos com o requerimento e com os documentos que comprovem a necessidade da licença.

§3º Na hipótese de ausência de documentos ou dúvidas quanto ao atendimento de algum dos requisitos, o pedido será devolvido ao interessado para que adote as providências indicadas pelo Núcleo.

**Art. 4º** Ficam autorizadas, durante o período de plantão extraordinário, as concessões de acessos aos sistemas BACENJUD, INFOJUD E RENAJUD, quando solicitados diretamente por magistrados.

**Parágrafo Único.** O Núcleo de Apoio à Gestão do 1º Grau observará o cumprimento das exigências contidas nos regimentos que regem a matéria e encaminhará à Secretaria de Tecnologia da Informação, para providências, sem a necessidade de assinatura do Superintendente Judiciário.

**Art. 5º** Ficam autorizadas, durante o período de plantão extraordinário, as decretações de ponto facultativo pelos juízes diretores de foros, desde que observada a lei local instituidora de feriado.

§1º A efetivação do disposto no *caput* dar-se-á por portaria do magistrado, expedida e publicada no Diário da Justiça Eletrônico.

§2º Para fins de registro no calendário eletrônico, após a publicação da Portaria, essa deverá ser encaminhada por CPA para a Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça.

**Art. 6º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 24 de março de 2020.

**Desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo**  
**PRESIDENTE**

#### **PORTARIA Nº 518/2020**

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da Lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017,

**CONSIDERANDO** a disciplina do art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, que dispõe que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, **ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;**

**CONSIDERANDO** as informações constantes dos Processos Administrativos nºs 8500769-88.2020.8.06.0026 e 8500768-06.2020.8.06.0026;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º - Exonerar**, a pedido, RICARDO MENDES SOARES, servidor cedido do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, matrícula nº 42199, do cargo em comissão de Direção e Assistência Judiciária de Auxiliar Operacional, símbolo DAJ-7, com lotação no Gabinete dos Juízes Corregedores Auxiliares, e **nomear** ANA LILIAN DE ALMEIDA COSTA PATRÍCIO para o referido cargo.

**Art. 2º – Nomear** RICARDO MENDES SOARES para o cargo em comissão de Direção e Assistência Judiciária de Coordenador, símbolo DAJ-2, com lotação na Coordenadoria de Organização e Controle das Unidades Extrajudiciais.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 23 de março de 2020.

**Desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará